

Graduados com dedo acusador:

Governo roubou-nos um grau académico

Por Paulo Machava

Em 1976, Samora Machel, a mando do CC da Frelimo, acabou "solenemente" com as 10ª e 11ª classes. Os alunos (a maioria) foram enviados para uma formação superior em diversas áreas no estrangeiro, sobretudo nos países socialistas pois, o país estava carente de quadros para gerir a "independência." Até aqui tudo bem. Só que para a ironia da história, hoje, o país lançou esses mesmos quadros para a caixa de "lixo". Estão, na sua maioria, desempregados, desesperados, marginalizados e...

Moçambique, país pobre, dá-se ao luxo de desempregar mais de 400 técnicos especializados em diferentes ramos.

No entanto, o grito de "Ipiranga" dos graduados ecoou:

"Devolvam-nos o nosso grau académico que nos usurparam sem mais nem menos. Voltámos com o Mestrado, como se pode confirmar através dos nossos diplomas assinados, reconhecidos e autenticados pelos países onde nos formámos e pelas embaixadas moçambicanas nesses países, bem como por organismos internacionais reconhecidos".

Eram em número de 10 entre economistas, psicólogos, engenheiros, quando na última semana, irromperam pelo SAVANA dentro para depór sobre os inúmeros problemas que os afligem e os opõem ao governo.

Na bagagem, estes quadros superiores formados nos países socialistas sob encargo do Estado na década de 80, traziam as peripécias acontecidas ao longo da sua formação e o drama em que se encontram lançados.

"Estamos desempregados e, para muitos de nós, poucas possibilidades há para a curto prazo encontrarmos uma colocação. Os caminhos para tal estão vedados. Quem, na maioria das vezes, tapa-nos o caminho são os funcionários que lá se encontram. Muitos de nós respondemos, por escrito, a ofertas de emprego, demos os nossos currículos que, muitas vezes, ou não são entregues a quem de direito ou então os funcionários despacham-nos dizendo que o lugar já está ocupado, isto em reserva para um amigo ou familiar, ou, então, exige-se experiência profissional e, como nunca trabalhamos, onde

vamos adquirir a pedida experiência?".

Acrecentam os graduados: "Tivemos casos de um colega nosso que fez pedido de emprego, o responsável respondeu-lhe favoravelmente para uma entrevista. Quando lá foi para saber do andamento do processo, o funcionário disse-lhe verbalmente que o assunto tinha sido indeferido. Só que, eventualmente, depara-se com o dito responsável algures e este questiona-lhe sobre o porquê da não comparência à entrevista, eis que este lhe explica o sucedido". Continuando com o mesmo assunto, um outro graduado relatou ao SAVANA uma situação idêntica que se passou na UEM, onde o director de uma faculdade para lhe confirmar o interesse que a faculdade tinha por ele, até mostrou-lhe o despacho.

Ainda sobre este conceito de negação, Jorge Amade, engenheiro Agrometeorológico, rebateu afirmando que "hoje a recusa ou a negação do emprego é contra os quadros formados no bloco socialista, mas daqui a alguns anos esta situação poderá suceder aos quadros formados na UEM. É a luta do velho contra o novo. Os antigos funcionários consideram-nos uma ameaça por isso barram-nos o caminho do emprego, e o governo tolera".

Jorge Amade acrescenta: "chega-se ao ponto de as pessoas duvidarem das nossas capacidades e sabedoria, só porque viemos do Leste".

O SAVANA pegou esta meada para questionar como então se sentiam no meio destas dúvidas todas. "Quem duvida das nossas capacidades e sabedoria que nos venha avaliar. Desafiamos qualquer um. Sugerimos que formem comissões de verdadeiros credenciados, especializados para nos avaliar," dizem os graduados.

A guerra das equivalências

Um dos grandes conflitos que opõe os graduados ao governo é o mistério das equivalências que lhes foram atribuídas e que as consideram um paradoxo e roubo descarado do governo. "Voltámos com Mestrado e o Ministério de Educação dá-nos a equivalência de licenciados, usurpando-nos um grau académico. Quando procurámos saber, o ministro evoca um acordo rubricado

entre Moçambique e os países socialistas, e nunca nos mostrou esse tal acordo de 76, que, segundo ele, indica que só seriam formados licenciados. Nós pensamos que há gato escondido. Aliás, achamos que o que determina o grau académico não é um acordo entre Estados, mas sim, o plano de estudos realizado".

Os graduados interrogam-se: "como se explica nós sermos licenciados e, por exemplo, os professores russos que estão na UEM, muitos deles que foram nossos colegas de carteira e formação, serem considerados Professores-doutores, ou como sendo mestres?. Por favor,

devolvam-nos o nosso grau académico".

Afectações e... desenrasquem-se

Arranjar-se emprego para este "exército" de graduados tem sido um autêntico "bico d'obra", e os pouquíssimos que estão a operar apenas toleram para não morrerem de fome. "Há casos quase ridículos," alertaram.

O SAVANA procurou aprofundar isso. Os exemplos não tardaram. "Há colegas nossos, engenheiros de construção civil, a fazer passaportes e direis.

Há eng. siderúrgicos empregados como simples

funcionários afectos nos recursos humanos, ou nos arquivos das empresas. Há graduados a conduzir chapa-100".

"O Estado obrigou-nos a tirarmos cursos superiores da sua conveniência e não nos liga. Alguns de nós fomos enviados pelas empresas e já dizem que não temos lugar. Dizem-nos hoje, de boca cheia, desenrasquem-se!

Audiência com o Presidente

Na tentativa de desbloquear a situação a que se encontram lançados, os graduados remeteram um pedido de audiência à Presidência da

República, facto que ocorreu no dia 21 de Abril, mas ainda carece de resposta.

"Acreditamos que o Presidente da República irá nos receber, uma vez que a questão vigente é de interesse nacional".

No encontro, para além da apresentação dos problemas aqui relatados esperam pedir o pagamento de um subsídio de desemprego.

Outro aspecto que esperam apresentar ao Chefe do Estado é o exemplo de ocupação de postos de trabalho por estrangeiros, no dizer deles "o salário de um especialista estrangeiro chega a absorver salários de 4 graduados nacionais". ■